



CURRÍCULO, GÊNERO E EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM ALAGOAS

Erica Bianco de Souza Queiroz¹
Lana Lisiêr de Lima Palmeira²

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo refletir sobre a construção do currículo, sua conceituação e apresentar dados ligados a gênero, analisando como o debate acerca dos conteúdos de gênero pode contribuir para a formação de professores no sentido de auxiliar a reduzir as desigualdades nesse aspecto. Assim, neste estudo pretende-se discutir questões como: 1) o conceito de gênero na sociedade; 2) de que forma é realizada a construção do currículo e sua importância na formação de professores; e 3) de que modo tais currículos contemplam a discussão de gênero. Com tais elementos de discussão, intenciona-se compreender as políticas existentes em Alagoas que abordam a temática de gênero e qual o papel da gestão pública educacional na implementação desses currículos. Ressalta-se que a temática foi escolhida em conjunto, a partir de inquietações acerca da disparidade de oportunidades, salários e no alto índice de violência contra a mulher, pensando-se como o âmbito educacional, na formação de professores, corrobora para o debate dessa temática. Como referencial teórico, lançou-se mão de Scott (1995), Apple (2006), Silva (1999), Libaneo (1994), Giroux (1997) e Freire (1997). Os procedimentos metodológicos foram realizados a partir de análise documental, pesquisas bibliográficas e pesquisas em sites institucionais para identificar políticas públicas fomentadas pelo estado de Alagoas.

Palavras-chave: Gênero, Educação, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo foi concebido para obtenção de nota à disciplina de Estado e Gestão Educacional, do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, e possui o intuito de refletir sobre a construção do currículo, sua conceituação e dados de gênero, além de identificar como o debate dos conteúdos de gênero pode contribuir para a formação de professores no sentido de auxiliar a reduzir as desigualdades nesse âmbito.

Segundo Saviani (1991), o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Sendo assim, a educação possui um papel fundamental na construção de uma sociedade justa e igualitária. Nesse sentido, visamos

¹ Mestranda do Curso em Educação da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, ericabianco@gmail.com

² Orientadora – Doutora em Educação pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, lane.palmeira@arapiraca.ufal.br



evidenciar o grau de importância da formação de professores para auxiliar na consciência coletiva para buscar reduzir desigualdades de gênero presentes na sociedade.

Portanto, a partir do presente trabalho, pretende-se discutir as seguintes questões centrais: 1) o conceito de gênero na sociedade; 2) de que forma é realizada a construção do currículo e sua importância na formação de professores, sendo esta formação realizada nos cursos de graduação licenciatura e na formação continuada; 3) como tais currículos contemplam a discussão de gênero; 4) por fim, busca-se compreender as políticas existentes em Alagoas que abordam a temática de gênero e qual papel da gestão pública educacional na implementação desses currículos.

A temática foi escolhida em conjunto a partir de inquietações acerca de: disparidade de oportunidades, salários, no alto índice de violência contra mulher e como o âmbito educacional na formação de professores corrobora para o debate dessa temática. Com isso, para abordar a temática de gênero, utilizamos como referencial teórico: Scott (1995) que aborda o gênero como um construto social cultural; como referencial teórico no âmbito do currículo, utilizamos Apple (2006); Silva (1999). Também utilizamos como aporte teórico: Libaneo (1994), Giroux (1997), Freire (1997).

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos foram realizados a partir de análise documental, pesquisas bibliográficas de teóricos que abordem as temáticas de currículo, gênero e educação, e em sites institucionais: Prefeitura de Maceió, Portal Oficial do Governo do Estado de Alagoas e Secretaria da Mulher e dos Direitos Humanos do Estado de Alagoas, para identificar políticas públicas fomentadas pelo estado de Alagoas.

Inicialmente, analisou-se qual pergunta o estudo tem objetivo de responder, a pergunta em questão é: “A partir de estudos de gênero, intenciona-se compreender as políticas existentes em Alagoas que abordam a temática de gênero e qual o papel da gestão pública educacional na implementação desses currículos?”

Na primeira parte do artigo, conceituamos gênero e explicitamos a escolha do recorte de gênero “mulher” no trabalho. Em seguida, explicitamos as políticas públicas voltadas à mulher, existentes no Estado de Alagoas, seguido de informações sobre a construção do



currículo e da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e finalizamos sobre a importância na formação de professores para fomentar o debate a fim de reduzir desigualdades de gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os debates de gênero estão relacionados à onda feminista dos anos de 1970. À medida que o debate cresce e se complexifica, as mulheres passam a ocupar espaços determinantes. A continuidade e intensidade das reflexões acerca de um suposto “papel natural” da mulher na sociedade são imprescindíveis não só para a quebra de paradigmas, mas para garantir suporte necessário à permanência delas em determinados locais antes nunca ocupados.

Segundo Scott (1995), gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. O gênero, portanto, é uma forma primária de dar significado às relações de poder e diz respeito aos aspectos sociais atribuídos ao sexo. Em outras palavras, a categoria gênero está vinculada a construções sociais e não a características biológicas. Devido a essa categoria ser vinculada a papéis sociais, o gênero pode ser construído e desconstruído, não se restringindo ao sexo biológico, e varia de acordo com cada sociedade.

O presente estudo se atenta ao recorte do gênero “mulher” e suas lutas históricas, bem como: desigualdades salariais, índice de violências, desigualdades de oportunidades e como a formação de professores pode auxiliar a fomentar esse debate em sala de aula. Quando conceituamos o gênero como construção social e histórica, vemos a estrutura patriarcal existente e ainda perpetuada na sociedade e as relações de exploração e opressão existentes, tanto sexual, quanto racial.

Para além do gênero ser histórico, o currículo está no mesmo viés, e ele é construído de acordo com a necessidade e delimitação da burguesia/elite. Segundo Apple (2006), o currículo está implicado em relações de poder e transmite visões sociais particulares e interessadas, produzindo, dessa forma, identidades individuais e sociais particulares. Mas, a quem interessa diminuir desigualdades sociais e auxiliar às minorias?

A discussão de gênero vem sendo mais debatida nos espaços das universidades e há uma tentativa de inserção dessa temática nos currículos escolares. Porém, ao mesmo tempo que cresce, também é podada. Para abordarmos a importância de falar sobre gênero na educação, precisamos inicialmente ter em mente qual seria o objetivo da educação. De acordo com Libaneo (1994, p.17) é “[...] prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais



que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade”.

Sendo assim, a educação busca propiciar conhecimentos e comportamentos para a vida em sociedade. O debate de gênero na educação, seja ele formal ou informal, visa auxiliar os indivíduos a compreender aspectos sociais e pensar na coletividade, tendo em vista que as questões de gênero estão presentes diariamente na vivência escolar e fora dela.

[...] se as escolas devem cumprir um papel importante em promover a igualdade social, elas precisam considerar seriamente a base de conhecimento do currículo, mesmo quando isso parecer ir contra as demandas dos alunos (e às vezes de seus pais). As escolas devem perguntar: “Este currículo é poderoso?”. Para crianças de lares desfavorecidos, a participação ativa na escola pode ser a única oportunidade de adquirirem conhecimento poderoso e serem capazes de caminhar, ao menos intelectualmente, para além de suas circunstâncias locais e particulares. Não há nenhuma utilidade para os alunos em se construir um currículo em torno da sua experiência, para que este currículo possa ser validado e, como resultado, deixá-los sempre na mesma condição (YOUNG, 2007, p. 1297).

Em 2010, iniciou-se o Núcleo de Diversidade Sexual (NUDISE), sendo posteriormente enfraquecido com os debates de ideologia de gênero e movimento escola sem partido, até sua extinção em 2014. O intuito desse núcleo era inserir a temática das relações de gênero, sexualidade e diversidade sexual na formação dos professores da rede municipal de ensino de Maceió.

Algumas das políticas públicas vigentes no estado de Alagoas voltadas para a mulher, são:

- Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos (SEMUDH);
- Plano Estadual de Política para as Mulheres de Alagoas – PEPMulheres;
- Fórum Permanente em Defesa da Mulher Alagoana – FORUMULHER;
- Lei de Cotas por Gênero.
- Gabinete de Políticas Públicas para Mulheres

Atualmente existem nove serviços oferecidos por Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos.

1. Acolhimento de denúncias de violação aos direitos da População LGBT;
2. Acolhimento de denúncias de violação de direitos da população negra de Alagoas;
3. Acolhimento de denúncias de violação de direitos humanos (Disque 100);



4. Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Ligue 180);
5. Central de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais (Libras);
6. Doação e aquisição de órteses, próteses e meios de locomoção;
7. Escola Estadual de Direito do Consumidor;
8. Maria da Penha vai à Escola.
9. Unidade Móvel da Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos – SEMUDH;

Desses nove serviços, dois são voltados para a mulher: Atendimento à Mulher em Situação de Violência e Maria da Penha vai à Escola.

Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) constata o crescimento da presença feminina na ciência e na pós-graduação brasileira. Além de serem a maioria entre os bolsistas (57%), elas representam 53% do total de matrículas nos cursos *stricto sensu*. Dos 364 mil alunos de mestrado e doutorado, 195 mil são mulheres. No entanto, importante ressaltar que informações de 2017 sobre a bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq por sexo demonstram a predominância de homens (64,6%) em relação às mulheres (35,3%).

Em 2019, segundo informações do Censo da Educação Superior, as mulheres representavam 46,8% dos professores de instituições de ensino superior no Brasil. A inserção no mercado de trabalho também possui diferenças com relação ao sexo, sendo o percentual de ocupação de 27,1% entre estudantes do sexo feminino e 33,2% entre estudantes do sexo masculino.

Segundo Farias (2000), o Estado é instrumento político, social, histórico e contraditório. Seu papel nas políticas educacionais seria de fomentar a discussão nas escolas e aplicar políticas públicas que auxiliem na redução de desigualdades. Como vemos, a supressão dos termos “gênero” e “orientação sexual” é uma forma de descumprimento dessa fomentação.

Os dados da ANDIFES indicam que as mulheres são a maioria em inscrições do ENEM e conclusão de ensino superior (graduação e pós-graduação). Porém, em cargos de maior hierarquia, como docência do ensino superior, os homens lideram.

A este fenômeno, que se refere à característica de se terem homens nos cargos hierarquicamente mais elevados, Hultin (2003) estudou pela ótica do *glass*



ceiling (teto de vidro) e pode ser explicado da seguinte maneira: as mulheres avançam profissionalmente, até que, em determinado momento, não conseguem ir além. Aparentemente, não há nada que as impeça, mas se torna impossível avançar mais. É como se, em algum momento, elas encontrassem um teto de vidro, invisível; porém, inexpugnável. Em contrapartida, os homens progredem mais rápido e com menos qualificação do que as mulheres, especialmente em áreas onde há predomínio feminino, como Educação e Enfermagem. É o chamado *glass escalator* (escada rolante de vidro) (SOUZA, 2012, p. 5).

Nessa teoria de Souza, em que ele aborda a teoria do teto de vidro, pode-se correlacionar essa dificuldade de crescimento da mulher no âmbito escolar e do mercado de trabalho, com o patriarcalismo e a estrutura machista social, que, apesar da tabela abaixo, evidenciar que as mulheres possuem um crescimento na taxa da escolarização, vemos a dificuldades delas se inserirem no mercado de trabalho e em posições de poder em diversos âmbitos.

TABELA 1
Situação educacional de homens e mulheres, segundo indicadores educacionais selecionados (1993 e 2007)

Principais indicadores	Homens		Mulheres	
	1993	2007	1993	2007
Taxa de analfabetismo das pessoas com 10 anos ou mais	15,8	9,5	15,6	8,9
Taxa de escolarização líquida no ensino médio	15,3	42,5	22,5	53,8
Taxa de escolarização líquida no ensino superior	4,1	11,3	5,5	14,9
Média de anos de estudos das pessoas ocupadas com 25 anos ou mais	9,2	13,1	13	20,1
Proporção de pessoas com 25 anos ou mais de idade com mais de 12 anos de estudo	8,1	12,1	7,6	14,1

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE); microdados.
Elaboração dos autores a partir das tabelas do *Retrato das Desigualdades*.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um instrumento com diretrizes educacionais que guia os currículos escolares. Uma análise documental comparativa foi feita nas três versões desse documento, sendo a primeira versão publicada em 2015, a segunda em 2016 e a terceira (vigente até o presente) em 2018, concluindo-se que os termos “orientação sexual” e “gênero” foram suprimidos na terceira versão. Na primeira e segunda versão, estavam em pauta, mas, concluímos que com a supressão desses termos, os professores têm a escolha de continuar com o tema oculto ou incluí-lo de forma individual, não sendo prioridade no ensino.

De acordo com Silva (1999, p. 97) o currículo é, entre outras coisas, um artefato de gênero: “um artefato que, ao mesmo tempo, corporifica e produz relações de gênero”. Com a supressão dos termos da BNCC, podemos notar o silenciamento premeditado que se quer realizar acerca dessas temáticas consideradas delicadas, pois, maior engajamento nessas discussões acarreta uma maior possibilidade luta contra desigualdades, o que obviamente se contrapõe às estruturas pré-estabelecidas socialmente.



Para que os professores e outros se engajem em tal debate, é necessário que uma perspectiva teórica seja desenvolvida, redefinindo a natureza da crise educacional e ao mesmo tempo fornecendo as bases para uma visão alternativa para o treinamento e trabalho dos professores. Em resumo, o reconhecimento de que a atual crise na educação tem muito a ver com a tendência crescente de enfraquecimento dos professores em todos os níveis da educação é uma precondição teórica necessária para que eles efetivamente se organizem e estabeleçam uma voz coletiva no debate atual. Além disso, tal reconhecimento terá que enfrentar não apenas a crescente perda de poder entre os professores em torno das condições de seu trabalho, mas também as mudanças na percepção do público quanto a seu papel de praticantes reflexivos (GIROUX, 1997, p. 01).

A partir da afirmação acima, concluímos que um dos indícios para o combate à crise educacional, em que o professor está perdendo poder, como aventa Giroux (1997), é que os professores devem ser “intelectuais transformadores”, ou seja, precisam enfrentar questões complexas, lidando com o papel humano do aluno. A partir da reflexão sobre os estudos de gênero e o impacto que essa temática pode vir a ter na sociedade, pode-se melhorar a qualidade docente. A formação de professores nos cursos de licenciatura ainda é insipiente. Cabe então à escola promover formações continuadas sobre a temática e ao Estado proporcionar políticas públicas que possam auxiliar na construção de uma consciência crítica e emancipatória a fim de reduzir desigualdades e violência de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que em Alagoas possui a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para a equidade de gênero, o que é um grande avanço, mas, falar de igualdade de gênero, de análise de currículo e fomentação de políticas públicas no contexto brasileiro, significa elaborar formações de professores com propostas curriculares, materiais didáticos que não reforcem estereótipos, e, também, avançar nessas discussões e incorporar o acesso e permanência das mulheres nas universidades, em cargos de poder, políticos, educacionais.

Para Freire (1997), a educação crítica é pautada na liberdade, na tomada de decisões a partir de uma realidade social e política. A pedagogia da liberdade auxilia, portanto, as políticas populares, sobretudo quando a conscientização significa compreender as estruturas sociais. Com isso, as práticas educacionais podem fomentar de modo decisivo lutas por justiça social, direitos humanos elementares, buscando transformações sociais e pessoais significativas a



partir de questionamentos e debates que devem compor, por exemplo, as pautas das formações continuadas nos cursos de licenciatura, tendo papel relevante em congressos, seminários, palestras, fortalecendo as políticas da educação de gênero a fim de promover a garantia de direitos humanos fundamentais.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Governo de Alagoas**. Disponível em: < <https://alagoas.al.gov.br/>>. Acesso em: 10 de novembro de 2022.

ALAGOAS. **Prefeitura Municipal de Maceió**. Disponível em: < <https://maceio.al.gov.br/>>. Acesso em: 10 de novembro de 2022.

ALAGOAS, **Secretaria da Mulher e dos Direitos Humanos do Estado de Alagoas**. Disponível em: <http://www.mulherdireitoshumanos.al.gov.br/> Acesso em: 10 de novembro de 2022.

APPLE, Michael W. **A Política do Conhecimento Oficial**: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa & SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo, Cultura e Sociedade. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

FREIRE, Paulo (1967). **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GIROUX, Henry A. **Professores como Intelectuais Transformadores**. In: GIROUX, Henry A. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, 157-164.

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **A natureza política da gestão escolar e as disputas pelo poder na escola**. Universidade Federal do Paraná. 2012.



FARIAS, F.B. **O estado capitalista contemporâneo**: para a crítica das visões regulacionistas. (Coleção Questões de Nossa Época; v. 73). São Paulo: Cortez, 2000.

YOUNG, Michael. **Para que servem as escolas?** Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287- 1302, set./dez. 2007. Disponível em: Acesso em: 10 de novembro de 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: Primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.